

Sugerido novo plano para dívida

18 ABR 1981

EX-FCI 1981

Adotar uma posição de país soberano, suspender por cinco anos o pagamento de juros e amortizações, utilizar os recursos que seriam gastos para pagamento do serviço da dívida num programa de reativação imediata da economia e somente daqui a quatro anos apresentar aos credores um plano de longo prazo para pagar os juros e amortizações que vencerem nesse período e que, até lá, deverão ser incorporados ao montante da dívida. Essa solução para o problema externo da economia brasileira, ao contrário do que poderia parecer, não é da corrente de economistas considerados de oposição. Ela foi defendida ontem pelo ex-presidente do Banco Central, Paulo Pereira Lira, na Associação Comercial de São Paulo e, com pequenos reparos, recebeu aprovação de economistas de diversas tendências.

"Minha proposta não é de renegociação. Não estaremos renegociando nada, nem repudiando irresponsavelmente a dívida. O Brasil é um país soberano, devedor responsável, que entrou no jogo de acordo com regras definidas e que foram alteradas. O País tem, agora, todo o direito de decidir como e quando pode pagar os serviços da dívida", afirmou Paulo Lira.

Nos debates com os economistas Julian Chacel, da Fundação Getúlio Vargas, Luciano Coutinho, da Unicamp, Roberto Macedo e Carlos Longo,

da USP, Paulo Lira explicitou sua proposta, assinalando que a sugestão fica entre aceitar passivamente a receita recessiva do Fundo Monetário Internacional ou a moratória unilateral irresponsável. Assim, antes de tomar essa atitude, o Brasil comunicaria aos bancos o que considera viável e o governo faria gestões junto aos governos de outros países para que examinassem alguma forma de amenizar as consequências da decisão.

O Brasil concordaria que os bancos contabilizassem os juros como dívida, de acordo com as taxas de mercado, embora considere que elas são muito elevadas. Macedo, Longo e Coutinho concordaram com a sugestão, discordando apenas da aceitação das taxas de mercado por entender que o Brasil, além de novos prazos, também deveria impor uma redução dos juros. Paulo Lira argumentou, porém, que, como o Brasil será importador de capital pelo menos nos próximos 50 anos, deve preservar a imagem de bom tomador, para não romper com os credores.

Paulo Lira disse que para tentar eliminar o déficit em conta corrente,

como recomenda o FMI, o Brasil tem de continuar reduzindo o consumo ou os investimentos, mantendo-se na posição absurda de exportador de capital. "Isso significa que, por esse caminho, o País vai crescermediocremente nos próximos anos e não conseguirá gerar os empregos de que sua população necessita."

VANTAGENS

Com a suspensão do pagamento do serviço da dívida — "o Brasil pode fazer isso sem pedir autorização a ninguém" — esses recursos poderiam ser utilizados para uma reativação imediata da economia. Além disso, o País não ficaria totalmente atrelado às constantes variações dos juros externos.

O ex-presidente do Banco Central propõe uma nacionalização da dívida externa, com o governo recebendo, nos prazos de vencimento, os cruzeiros das dívidas privadas e, a partir daí, assumindo sua responsabilidade perante os devedores. Para isso, ele entende que é necessário muita seriedade e transparência na administração dos gastos públicos.